



EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2020

Processo n°: **02/2020**

Abertura: **19/02/2020**

Horário de abertura: **15:30 horas**

Horário de protocolo: **Até às 15:00 horas**

Tipo: **Menor preço por item**

Local: **Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi-CINSC**

End.: **Praça Dr. Avelino de Queiróz n° 18 – Centro – Piumhi/MG**

PREÂMBULO

O **Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi- CINSC** mediante a Pregoeira Thainá Ferreira de Queiróz, designada pela Portaria n°. 02/2020 de 03/02/2020 torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, a fim de selecionar proposta objetivando aquisição dos objetos enunciados no Anexo III deste edital.

A abertura da sessão será às **15:30 horas do dia 19/02/2020**, quando serão recebidos os envelopes de documentação e propostas, relativos à licitação, e credenciados os representantes das empresas licitantes, ou caso não haja expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente na mesma hora e local aqui mencionados.

O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá integralmente a Lei 10.520/02, subsidiariamente a Lei n° 8.666/93, e suas alterações, Decreto Municipal n° 2.887/2010 e Lei Complementar n° 123/06 que Instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, alterada pela Lei Complementar n°147/14 e pelas demais normas e condições estabelecidas neste edital.

1 - DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa para locação e direito de uso de software de gestão em consórcio de saúde, bem como suporte, manutenção, rotinas de backup e atualizações em atendimento às necessidades e integração direta com a base nacional do cartão sus, conforme quantidades e especificações contidas no Anexo III, deste edital.

2 – PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO

2.1. O contrato a ser firmado entre o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE PIUMHI- CINSC**, e o vencedor do certame, terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura; podendo ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos da Lei 8.666/93.



3 – DAS RESTRIÇÕES E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Será vedada a participação de empresa:

3.1.1. Declarada inidônea ou com fato impeditivo por qualquer órgão público.

3.1.2. Pessoas jurídicas que explorem atividade incompatível com o objeto da licitação.

3.1.3. Empresas que tenham sócios, gerentes ou responsáveis técnicos que sejam servidores ou dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal.

3.1.4. Que se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país.

3.1.5. A participação neste certame implica em aceitação de todas as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório e seus anexos.

3.1.6. Terão preferências as empresas que estejam na condição de ME e EPP, conforme determina o inciso I do art. 48 da LC 147/14.

3.1.7. Poderá concorrer qualquer empresa que atender todas as exigências deste edital.

3.2. Para participação, as empresas deverão protocolar os envelopes da proposta comercial e de habilitação no Setor de Protocolo do Consórcio público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi, sito a Praça Dr. Avelino de Queiroz n 18 – Centro, Piumhi/MG, no prazo previsto no edital, sob pena de desclassificação, sendo o credenciamento recebido até o horário e data preestabelecido para abertura dos mesmos.

3.3. Nenhum representante poderá representar mais de uma empresa licitante.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. Para participação no certame, o licitante deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, além da razão social e endereço completo atualizado:

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE
PIUMHI-CINSC/MG PREGÃO PRESENCIAL
Nº _____/2020
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL
LICITANTE:
CNPJ-

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL
DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE
PIUMHI-CINSC/MG PREGÃO
PRESENCIAL Nº _____/2020
ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
LICITANTE:
CNPJ-

5 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO



5.1. O licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto à Pregoeira, diretamente ou através de seu representante que, devidamente identificado e credenciado por meio legal, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse do representado.

5.2. Não será aceita a participação de licitante retardatário, considerado este, aquele que apresentar os envelopes após o horário estabelecido para a entrega dos mesmos, comprovado por meio do protocolo da instituição.

5.2.1. Caso a instituição não possa protocolar os envelopes no horário estabelecido e o licitante chegar até o horário, este receberá uma senha, por ordem de chegada, até o horário para a entrega dos envelopes.

5.3. Para exercer o direito de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatório a presença da licitante ou de seu representante em todas as sessões públicas referentes à licitação.

5.4. Todos os documentos, exigidos no presente instrumento convocatório, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião, por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5.5. Recomenda-se que todos os representantes dos licitantes permaneçam na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva, sob pena de decadência do direito de recurso.

5.6. A apresentação, no momento do credenciamento de quaisquer dos documentos exigidos e descritos no item 9.2 desobriga a licitante a apresentá-lo novamente no rol dos documentos destinados à habilitação (envelope nº02).

5.7. A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO CREDENCIAMENTO DEVERÁ SER ENTREGUE FORA DOS ENVELOPES.

5.8. Licitantes que desejem enviar seus envelopes via postal deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste edital, aos cuidados da Pregoeira, constando o nome da empresa, endereço, CNPJ, Inscrição Estadual, telefone de contato, e todas as demais exigências previstas neste edital, INCLUSIVE A DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO.

5.9. O credenciamento será da seguinte forma:

a) SE DIRIGENTE, PROPRIETÁRIO, SÓCIO OU ASSEMELHADO DA EMPRESA PROPONENTE, DEVERÁ SER APRESENTADA:

a.1) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da alteração/aditivo da gerência da sociedade, e demais que se achar pertinente, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, quando o licitante for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, comprovando esta capacidade jurídica;

a.2) Cédula de identidade (original e cópia) do estatutário legal que irá participar do pregão;

a.3) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação devidamente assinada pelo proprietário da empresa ou pelo representante legal (modelo anexo II);



a.4) **Quando se tratar de microempresa**, declaração que se enquadra na Lei 123/06, conforme modelo contido no anexo VI ou Certidão Simplificada, expedida pela respectiva junta comercial com data de expedição do exercício atual.

b) SE REPRESENTANTE LEGAL, DEVERÁ APRESENTAR:

b.1) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado da alteração/aditivo da gerência da sociedade, e demais que se achar pertinente, ou ato constitutivo consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b.2) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante devidamente reconhecida, em que conste o nome da empresa outorgante, bem como de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, e, também, o nome do outorgado, constando ainda, a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; **ou** termo de credenciamento (conforme modelo no Anexo I deste edital) outorgado pelo representante legal do licitante com a firma do outorgante devidamente reconhecida, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

b.3) Cédula de identidade (original e cópia) do representante legal que irá participar do pregão;

b.4) Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação devidamente assinada pelo proprietário da empresa ou pelo representante legal (modelo anexo II);

b.5) **Quando se tratar de microempresa**, declaração que se enquadra na Lei 123/06, conforme modelo contido no anexo VI ou Certidão Simplificada, expedida pela respectiva junta comercial com data de expedição do exercício atual.

6- DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1. Os envelopes nº 01 – PROPOSTA DE PREÇO e nº 02 – DOCUMENTOS, deverão ser protocolizados no Setor de Protocolo do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi-CINSC sito à Praça Dr. Avelino de Queiroz n 18, Centro, Piumhi-MG, **com antecedência de 30 minutos do horário preestabelecido para abertura dos mesmos.**

6.2. No dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública do Pregão, a Pregoeira, inicialmente, receberá o CREDENCIAMENTO.

6.3. Encerrada a fase de credenciamento será dada seqüência a abertura dos envelopes nº 01- PROPOSTA DE PREÇO, momento em que, à critério da Pregoeira, poderá ser suspensa a sessão pública de licitação, para registro dos valores respectivos, no sistema operacional do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi-CINSC ficando a reabertura da sessão prevista para o primeiro dia útil seguinte, em horário previamente fixado pela Pregoeira, a fim de se proceder aos lances e à abertura dos envelopes nº 02- DOCUMENTOS dos licitantes vencedores.



6.3.1. Para fins do disposto no subitem 6.3, ou seja, caso a Pregoeira determine a suspensão da sessão pública, e, o *CREENCIADO* da licitante participante, por alguma razão, não puder comparecer para os lances, no horário e dia determinados, deverá a licitante apresentar, imediatamente, após a decisão da Pregoeira, novo credenciado, observando-se, neste caso, o disposto no item 05 do presente certame.

6.4. Encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhum licitante retardatário.

6.5. É expressamente proibido o uso de aparelhos eletrônicos, tais como: Laptop, Notebook, Netbook, Smartphones, Celulares e demais equipamentos correlatados no momento da sessão, sob pena de pedido de retirada.

7 - PROPOSTA DE PREÇO

7.1. A proposta deverá ser apresentada em papel timbrado, impressa por meio eletrônico, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, redigidas em linguagem clara, sendo datada e assinada pelo representante legal da empresa, e deverá conter:

7.1.1. Razão social completa da empresa, endereço atualizado, CNPJ, telefone/fax/e-mail (se houver) e nome da pessoa indicada para assinatura do contrato, se vencedora;

7.1.2. Declaração de que a proposta vigorará pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data-limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § 3º, da Lei nº 8.666/93 e art. 6º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002;

7.1.3. Preço: Deverá ser descrito o item, o preço unitário e o valor total previsto, cotado em reais e a **marca e o modelo ofertados**. Estes valores serão registrados no sistema para que seja a compra dos itens. Em caso de divergência entre os preços unitário e total, prevalecerá o preço unitário; ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso, prevalecerá o último.

7.1.3.1. As empresas deverão apresentar dentro do envelope da Proposta os folders/catálogos/prospectos dos itens, onde conste de maneira clara todas as características do(s) produto(s), de forma a não gerar dúvidas quanto às especificações. O não atendimento acarreta em desclassificação dos itens constantes da proposta.

7.2. Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

7.2.1. Nos preços propostos deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações previdenciárias, fiscais, comerciais, trabalhistas, tarifas, seguros, frete, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

7.2.2. Os preços propostos serão considerados completos, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, DOS LANCES E NEGOCIAÇÃO

8.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos até a proclamação do vencedor.



- 8.2. Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida no subitem anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 8.3. No curso da sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.
- 8.4. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.
- 8.5. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no item 14.
- 8.6. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela Pregoeira, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 8.7. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para o fornecimento, podendo a Pregoeira, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, nos termos das legislações pertinentes.
- 8.8. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pela Pregoeira, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.
- 8.9. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, a Pregoeira verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados na Estimativa de Preços, decidindo, motivadamente, a respeito.
- 8.10. A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 8.11. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarado vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com preço de mercado e ofertar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.
- 8.12. Serão desclassificadas:
- 8.12.1. As propostas que não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação; as que contiverem opções de preços alternativos; as que forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas, ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente, bem como as que não atenderem aos requisitos do item 8;
- 8.12.2. As propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis.
- 8.13. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.
- 8.14. Da sessão pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.
- 8.15. A Sessão Pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto ser esclarecidas previamente.
- 8.16. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.
- 8.17. No caso de se verificar empate entre duas ou mais propostas e estando superada a fase de lances verbais, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as



microempresas e empresas de pequeno porte (Conforme Art. 44 da Lei Complementar da Lei nº 123, de 14/12/2006).

8.18. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.19. Para efeito do disposto no item 8.17 deste edital, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma (Conforme Art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006):

8.19.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que terá adjudicado em seu favor o objeto licitado;

8.19.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 8.17 do edital, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 8.18 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.19.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no item 8.18 deste Edital, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.19.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos neste item (8.17), o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

8.19.5. O disposto no subitem 8.17 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.19.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

8.19.7. O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não estiver sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da lei citada **deverá declarar, no ato da abertura do certame, sua condição de ME ou EPP;**

8.19.8. O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

9 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9.1. As empresas interessadas em participar do presente certame, deverão apresentar os seguintes documentos, em vigor na data da abertura da Sessão Pública do Pregão:

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, última alteração caso houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

9.2.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea 9.2.2, deste subitem;



924. Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

9.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

931. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;

932. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo à sede da licitante;

933. Prova de regularidade junto à Secretaria de Fazenda Estadual;

934. Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

935. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;

936. Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF n. 443, de 17 de outubro de 2014.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

941. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou Certidão Cível Negativa expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição limitada a 60 (sessenta) dias.

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

951. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através da apresentação de atestado(s) de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório de capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) de Capacidade Técnica terão prazo de validade indeterminado, salvo quando no mesmo estiver explícita sua validade.

9.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES

961. **Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos**, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada



pela Lei nº 9854 de 27 de Outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

9.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

97.1. Eventuais falhas, omissões ou quaisquer outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser **sanadas na sessão pública de processamento do Pregão**, até a decisão sobre a habilitação.

97.2. A verificação será certificada pela Pregoeira e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

97.3. O Consórcio não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

97.4. O envelope de documentação deste pregão que não for aberto ficará em poder da Pregoeira pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da homologação da licitação, devendo o licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

97.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.

97.6. Na hipótese acima, a não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

97.7. Na hipótese de não constar nos documentos exigidos, o respectivo prazo de validade, somente serão aceitos os documentos emitidos no prazo de 60 (sessenta) dias anteriores à data marcada para entrega dos envelopes, salvo apresentação de prova hábil para comprovar validade superior.

97.8. **Os envelopes contendo a documentação de habilitação das licitantes vencedoras SOMENTE serão abertos depois de concluída à fase de lances de TODOS os itens constantes do edital.**

10- DA IMPUGNAÇÃO, DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. Caberá à pregoeira decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

10.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, a Pregoeira inabilitará a licitante e examinará as ofertas subseqüentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante



declarada vencedora, ocasião em que a Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

10.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira proclamará a vencedora, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do licitante. Constará na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03(três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

10.4. Tendo o licitante manifestado motivadamente a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

10.5. Os demais licitantes, já intimados na Sessão Pública supracitada, terão o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.6. A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.7. As impugnações bem como as razões e contrarrazões dos recursos deverão ser encaminhadas em originais e protocolizadas na repartição competente da Prefeitura Municipal, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, dentro dos prazos previstos no item 10, sob pena de não conhecimento dos mesmos e preclusão do direito de fazê-los pela via administrativa.

10.7.1. Não será admitida a impugnação do edital, por intermédio de fac-símile ou via e-mail.

10.8. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

10.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento e determinará a convocação para a assinatura do Contrato Administrativo.

11 - DAS CONTRATAÇÕES

11.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante contrato.

11.2. A adjudicatária deverá assinar o contrato no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da convocação.

11.3. Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, se recusar a assinar o contrato, será convocada outra licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente.

11.4. A contratada deverá manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12 – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

12.1. O objeto desta licitação deverá ser entregue no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a emissão da Ordem de Fornecimento pelo setor responsável.



12.2. A não entrega dos produtos será motivo de aplicação das penalidades previstas no Item 14, deste edital.

12.3. Permanecendo a inexecução contratual no prazo máximo 48 h. (quarenta e oito horas) do item 12.1 deste edital o licitante será **DESCRENCIADO** e impedido de contratar com o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi-CINSC.

13 - DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 45 (Quarenta e Cinco) dias após a entrega dos itens, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, e o visto da Secretaria requisitante, comprovando o fornecimento.

13.2. A Nota/Fiscal/Fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão e da Ordem de Empenho, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento dos itens e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

13.3. Para fins do disposto no subitem 13.1, todos os itens fornecidos serão objetos de Nota/Fiscal/Fatura específica para cada Departamento, devendo ser emitidas conforme Nota de Autorização de Fornecimento (NAF).

14 - DAS PENALIDADES

14.1. A recusa pelo licitante em assinar o Contrato Administrativo e para execução dos itens adjudicados acarretará a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta adjudicada.

14.2. O atraso que exceder ao prazo fixado para a execução dos itens, acarretará a multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), por dia de atraso, limitado ao máximo de 10% (dez por cento), sobre o valor total que lhe foi adjudicado.

14.3. Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi- CINSC, e descredenciado nos casos de:

- a) Ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
- b) Apresentação de documentação falsa para participação no certame;
- c) Retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
- d) Não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
- e) Comportamento inidôneo;
- f) Cometimento de fraude fiscal;
- g) Fraudar a execução do contrato;
- h) Falhar na execução do contrato.



14.4. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

14.5. Na aplicação das penalidades prevista no Edital, o Consórcio considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

14.6. As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

14.7. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

15 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos provenientes do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi-CINSC, consignados na dotação orçamentaria do CINSC para o exercício financeiro de 2.020 sob a rubrica: 01.01.02.10.122.0001.2001-33.90.10.00-1.02.00 e sua correspondente para o exercício subsequente, se for o caso.

16 - DO REAJUSTE

16.1. Os valores das propostas não sofrerão qualquer reajuste, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante requerimento do CONTRATADO e com comprovação documental, nos termos da Lei 8.666/93.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes da interpretação do Edital, deverão ser solicitadas por escrito, ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi-CINSC, Setor de Licitações, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

17.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente Pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados na Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi-CINSC-MG, setor de Licitações.

17.3. Ocorrendo a decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequentes aos ora fixados.

17.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que os licitantes façam constar em sua documentação o endereço e os números de fax, telefone e e-mail.



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DE PIUMHI

CNPJ 01197487/0001-07

Praça Dr. Avelino de Queiroz N° 18 Piumhi - MG Cep: 37925-000

Telefax: 37-3371-1780

E-mail: cispiumhi@gmail.com

17.5. Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação e estarão sujeitos a verificação de sua autenticidade no ato da licitação.

17.6. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

17.7. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pela Pregoeira, observados as legislações pertinentes.

17.8. A Pregoeira, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligência junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no § 3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

17.9. É facultada, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do presente procedimento licitatório.

17.10. A autoridade competente do Consórcio Público Intermunicipal de Piumhi-CINSC poderá revogar a licitação por interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei nº 8.666/93).

17.11. São anexos deste edital:

ANEXO I - Modelo de Credenciamento

ANEXO II - Modelo Declaração de Pleno Atendimento

ANEXO III - Modelo de Proposta

ANEXO IV - Minuta Contrato Administrativo

ANEXO V - Modelo Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor

ANEXO VI - Modelo de Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte

ANEXO VII - Termo de Referência

Piumhi/MG, 28 de Janeiro de 2.020

Thainá Ferreira de Queiroz
Pregoeira Oficial-CINSC



ANEXO I

CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o(a) Sr(a)._____,
portador(a) da Cédula de Identidade com RG n°._____, a
participar da Licitação instaurada pelo Município de PIUMHI/MG, na modalidade de Pregão
Presencial n° 2.020, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos
poderes para pronunciar-se em nome da empresa
_____, CNPJ/MF n°
_____, bem como formular propostas e praticar todos os atos inerentes
ao certame.

_____, em _____ de _____ de 2.020

Nome do dirigente da empresa

Assinatura do dirigente da empresa
(firma reconhecida)



ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

A empresa _____, cadastrada no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, situada na _____, por intermédio do seu representante ou procurador (QUALIFICAÇÃO COMPLETA) declara ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi- CINSOC que atende a todas as exigências e condições de habilitação previstas no processo licitatório - Edital de Pregão Presencial nº _____/2020 e se compromete a entregar os objetos e/ou a prestar os serviços que lhe forem adjudicados conforme a descrição do Anexo III deste edital, desconsiderando qualquer erro que porventura houver cometido na elaboração da proposta e que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Local e data.

Nome do dirigente da empresa

Assinatura do dirigente da empresa



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DE PIUMHI

CNPJ 01197487/0001-07

Praça Dr. Avelino de Queiroz N° 18 Piumhi - MG Cep: 37925-000

Telefax: 37-3371-1780

E-mail: cispiumhi@gmail.com

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA

PROCESSO N° ____/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° ____/2020

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

Dados Bancários:

Nome do Representante Legal:

Identidade do Representante

Legal:

Item	Qtde	Unid	Especificação	Marca / Modelo	Vlr. Unit. R\$	Vlr. Total R\$
1	01	Unid	Contratação de empresa para locação e direito de uso de software de gestão em consórcio de saúde, bem como suporte, manutenção, rotinas de backup e atualizações em atendimento às necessidades e integração direta com a base nacional do cartão sus.			



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DE PIUMHI

CNPJ 01197487/0001-07

Praça Dr. Avelino de Queiroz N° 18 Piumhi - MG Cep: 37925-000

Telefax: 37-3371-1780

E-mail: cispiumhi@gmail.com

Assistência Técnica autorizada em Software – A contratada deverá prestar serviços de assistência técnica, nos casos pertinentes, por si própria ou rede de assistência credenciada e autorizada por esta, no Município de Piumhi e região. Entende-se por região todas as cidades pertencentes ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi.

Declaro que nos preços propostos estão incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.

DECLARO, sob as penas da Lei, que, caso seja vencedora do presente certame, será informado, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após assinatura do instrumento contratual, seja cumprido as exigências para o Município de Piumhi e região. Entende-se por região todas as cidades pertencentes ao Consórcio público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi.

GARANTIA: Mínima de 06 (seis) meses.

Valor Total:

Validade da proposta: Mínimo 60 dias

Condições de Entrega:

Conforme Edital

Local de Entrega:

Conforme Edital

Data:

Assinatura:



ANEXO IV

MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO N°...../2020

CONTRATANTE: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICRORREGIÃO DE PIUMHI-CINSC/MG, Pessoa Jurídica de

Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 01.197.487/0001-07, com sede administrativa na Praça Dr. Avelino de Queiroz 18, – bairro: Centro, na cidade de Piumhi-MG, neste ato representado por seu prefeito Sr. Adeberto José de Melo, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n°269.686.576-00, RG: M-1.203.365, residente e domiciliado na Rua Nicomedes Ferreira, 129, Centro, na cidade de Piumhi-MG, CEP: 37.925-000.

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ n°., com sede administrativa na rua, n°., bairro:, na cidade de/MG, neste ato representada pelo Sr., brasileiro, casado/solteiro,profissão..., inscrito no CPF sob o n°, residente e domiciliado na rua, n°., bairro:, na cidade de/MG.

As partes acima qualificadas, devidamente representadas na forma legal, têm entre si, ajustado e contratado, na melhor forma de Direito, o presente contrato, que reger-se-á pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO: Contratação de empresa para locação e direito de uso de software de gestão em consórcio de saúde, bem como suporte, manutenção, rotinas de backup e atualizações em atendimento às necessidades e integração direta com a base nacional do cartão sus, em conformidade com as especificações contidas no Termo de Referência e na proposta apresentada na licitação, que integram este instrumento, Pregão Presencial n°...../2020 - Processo Licitatório n°. /2020, compreendendo a descrição detalhada dos itens a seguir:

.....

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado a critério do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi- CINSC e em conformidade com o artigo 57 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO LOCAL E FORMA DE ENTREGA: O objeto desta licitação deverá ser entregue no Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi, Praça Dr. Avelino de Queiroz N°18, bairro Centro, juntamente em todos os municípios consorciados no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a emissão da Ordem de Fornecimento



pelo setor responsável. Os produtos deverão atender as necessidades contábeis do Consórcio público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi e municípios Consorciados. ser entregues mediante recebimento da NAF (Nota de Autorização de Fornecimento) e no local estipulado para entrega acompanhado da nota fiscal para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento; a entrega será por conta e risco do adjudicado.

CLÁUSULA QUARTA

DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO: A Contratante pagará à Contratada, os valores previstos no contrato, no prazo de até 45 (Quarenta e Cinco) dias, através de Transferencia Bancaria.

A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo contratado deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do processo, nº do Pregão e da Nota de Autorização de Fornecimento. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

a) Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços; obrigando-se a Contratada ainda a manter regularmente em dia sua condição de habilitada junto ao Cadastro de Fornecedores da Contratante. Nos preços contratados já estão incluídos os valores correspondentes a todos os encargos fiscais, sociais e trabalhistas, taxas, impostos, etc.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

Compete ao Contratante:

- a) Notificar o Contratado de qualquer irregularidade ocorrida no fornecimento.
- b) Emitir nota de empenho a crédito do Contratado no valor correspondente ao fornecimento dos bens e/ou serviços;
- c) Efetuar o pagamento referente ao objeto à Contratada nos termos avençados entre as partes.

Compete à Contratada:

- a) Atender todos os pedidos efetuados durante a vigência do presente Contrato Administrativo.
- b) Manter durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório.
- c) Responsabilizar-se integralmente pela entrega, inclusive fretes, seguros, cargas e descargas, se houver, desde a origem até a sua entrega no local de destino; sendo vedado ceder ou subcontratar total ou parcialmente, o objeto deste Contrato.
- d) Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte os produtos em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução.
- e) Observar os prazos estipulados.



- f) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Contratante, referentes à forma de fornecimento e ao cumprimento das demais obrigações assumidas neste contrato.
- g) Aceitar os acréscimos nos quantitativos, sempre nas mesmas condições pactuadas;
- h) Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da microrregião de Piumhi ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas no presente Contrato.
- i) Aceitar, sem restrições, a fiscalização da Contratante, no que diz respeito ao fiel cumprimento das condições e cláusulas pactuadas no presente instrumento contratual.
- j) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos materiais ou pessoais, causados ao Contratante ou a terceiros, por ele ou por seus prepostos ou empregados.
- k) Assumir as despesas de qualquer natureza com o pessoal necessário ao fornecimento e entrega dos produtos/serviços/materiais.
- l) Responder pelos encargos de natureza trabalhista, previdenciária, tributária, comercial e inclusive, de acidente de trabalho relativo à mão-de-obra utilizada.
- m) Garantir a boa qualidade dos produtos/serviços/materiais entregues.
- n) Absorver qualquer tributo, seja, federal, estadual ou municipal, incidente direta ou indiretamente sobre os produtos e serviços que constituem objeto deste contrato, correndo a sua conta exclusivamente, os processos que houverem sido ou vierem a ser instaurados, abstendo-se ela, outrossim, ainda que demandada administrativa ou judicialmente, de cobrar do Contratante, qualquer tributo, ainda que suscetível de transação.
- o) Recolher no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do aviso, as multas que lhe forem impostas e que não puderem ser compensadas, total ou parcialmente, conforme disposto neste instrumento.
- p) Assumir o ônus de ser denunciada à lide, pela Contratante em caso de serem acionados judicialmente.
- q) Compromete e garanti que se houver algum distrato, que o banco de dados do sistema ficara para o Consorcio Público Intermunicipal de Saúde da microrregião de Piumhi, não causando danos ao Contratante.

CLÁUSULA SEXTA

- 11.1. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta de recursos provenientes do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi-CINSC, consignados na dotação orçamentaria do CINSC para o exercício financeiro de 2.020 sob a rubrica: 01.01.02.10.122.0001.2001-33.90.10.00-1.02.00 e sua correspondente para o exercício subsequente, se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA

DA CLÁUSULA PENAL: o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracteriza a inadimplência adjudicatória da Contratada sujeitando-se as seguintes penalidades:



- a) Advertência
- b) Multa
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo período de 05 (cinco) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- e) A multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de descumprimento total ou parcial deste, sendo descontada nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTE: Os valores deste Contrato não sofrerão qualquer reajuste, salvo com a condição de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, mediante requerimento do CONTRATADO e com comprovação documental, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA

DA RESCISÃO: O presente contrato poderá ser rescindido por inexecução total ou parcial das cláusulas contratuais, atraso injustificado na entrega dos itens, decretação de falência e por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, devidamente justificado.

CLÁUSULA DÉCIMA

DAS MODIFICAÇÕES: qualquer modificação de forma, qualidade e quantidade, poderá ser determinada pela CONTRATANTE, mediante a lavratura de Termos Aditivos, na forma limitada pela Lei.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS: aplica-se ao presente as regras contidas na Lei Federal 8.666/93, e subsidiariamente, as regras gerais de direito administrativo.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO FORO: fica eleito o foro da Comarca de Piumhi/MG, para dirimir e solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente, em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que produza seus efeitos legais.



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DE PIUMHI

CNPJ 01197487/0001-07

Praça Dr. Avelino de Queiroz N° 18 Piumhi - MG Cep: 37925-000

Telefax: 37-3371-1780

E-mail: cispiumhi@gmail.com

Piumhi–MG, de de 2.020

Consórcio Público
Intermunicipal de Saúde da
Microrregião de Piumhi.
CNPJ: 01.197.487/0001-07
Sr. Adeberto José de Melo
Presidente do CINSC

.....

CNPJ:

.....

Sócio-proprietário

TESTEMUNHAS: 01 - _____ 02 - _____
ASSINATURA/CPF ASSINATURA/CPF



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DE PIUMHI

CNPJ 01197487/0001-07

Praça Dr. Avelino de Queiroz N° 18 Piumhi - MG Cep: 37925-000

Telefax: 37-3371-1780

E-mail: cispiumhi@gmail.com

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO TRABALHO MENOR

A empresa _____, cadastrada no CNPJ sob nº _____, situada na _____, por intermédio do seu representante ou procurador (QUALIFICAÇÃO COMPLETA) declara ao Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi para participar da Licitação, na modalidade de Pregão Presencial nº. _____/2020, que não emprega menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9854 de 27 de Outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

O signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.

Local e data.

Nome do dirigente da empresa

Assinatura do dirigente da empresa



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pregão Presencial n° __/2020

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ n° _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade n° _____ e CPF n° _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos de legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar n°123/06.

.....
(Local e data)

OBSERVAÇÕES:

- 1- A apresentação desta declaração é obrigatória para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
- 2- Deverá ser confeccionada em papel timbrado da empresa e assinada pelo seu representante legal ou mandatário.
- 3- **Esta Declaração deverá ser apresentada de forma avulsa, fora de qualquer dos envelopes. NO MOMENTO DO CREDENCIAMENTO.**



ANEXO VII

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA – Aquisição de contratação de empresa especializada para disponibilização de software sistema modular integrado de controle e gestão contábil compreendendo serviços técnicos especializados com prazo determinado para implantação, migração de dados e treinamento bem como serviços continuados de suporte aos usuários e desenvolvimento de software para a efetivação de manutenção corretiva e evolutiva.				
N° 02/2020	Unidade Requisitante: Consórcio público Intermunicipal de saúde da Microrregião de Piumhi			Data: 30/01/2020
OBJETO: Aquisição de contratação de empresa para locação e direito de uso de software de gestão em consórcio de saúde, bem como suporte, manutenção, rotinas de backup e atualizações em atendimento às necessidades e integração direta com a base nacional do cartão sus.				
Responsável: Consórcio público Intermunicipal de saúde da Microrregião de Piumhi				
Entrega dos produtos: O objeto desta licitação deverá ser entregue no prazo máximo de (noventa) dias, após a emissão da Ordem de Fornecimento pelo setor responsável.				
Item	Qtde	Unid	Especificação	Preço Médio Unit. R\$
1	01	Unid	Contratação de empresa para locação e direito de uso de software de gestão em consórcio de saúde, bem como suporte, manutenção, rotinas de backup e atualizações em atendimento às necessidades e integração direta com a base nacional do cartão sus.	18.300,00



Assistência Técnica autorizada em Piumhi e região – A contratada deverá prestar serviços de assistência técnica, nos casos pertinentes, por si própria ou rede de assistência credenciada e autorizada por esta, no Consórcio Público Intermunicipal de saúde da Microrregião de Piumhi.

Justificativa de necessidade e aplicação: Atendimento as necessidades do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi.

Local de entrega: O objeto desta licitação deverá ser entregue no Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi, sito à Praça Dr. Avelino de Queiroz n° 18 Centro – Piumhi-MG

Condições de habilitação

1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, última alteração caso houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ;
4. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo à sede da licitante;
5. Prova de regularidade junto à Secretaria de Fazenda Estadual;
6. Prova de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
8. Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF n. 443, de 17 de outubro de 2014;
9. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial ou Certidão Cível Negativa expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de expedição limitada a 60 (sessenta) dias;
10. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação através da apresentação de atestado(s) de desempenho anterior, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprobatório de capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação. O(s) atestado(s) de Capacidade Técnica terão prazo de validade indeterminado, salvo quando no mesmo estiver explícita sua validade;
11. Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9854 de 27 de Outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei.

Fiscalização: A fiscalização do contrato será exercida pela equipe do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Piumhi.

Forma de pagamento: O pagamento será efetuado no prazo de até 45 (Quarenta e Cinco) dias após a entregados itens mediante apresentação da nota fiscal.



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DE PIUMHI

CNPJ 01197487/0001-07

Praça Dr. Avelino de Queiroz N 18 Piumhi - MG Cep: 37925-000

Telefax : 37-3371-1780

E-mail: cispiumhi@gmail.com

Validade da proposta: Mínimo 60 (sessenta) dias.
Garantia: Mínima de 06 (seis) meses.
Forma de apresentação da proposta e documentos de habilitação: Através da entrega dos envelopes de “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.
Obrigações do(a) Contratado(a) <ul style="list-style-type: none">- fornecer toda a sua documentação fiscal;- responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;- providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE.
Obrigações da Administração <ul style="list-style-type: none">- comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do contrato, informando, após, à CONTRATANTE tal providência;- fiscalizar a execução do contrato, informando à CONTRATANTE para fins de supervisão;- efetuar o pagamento no devido prazo estipulado neste Contrato.
Outras informações <p>Critério de aceitabilidade da proposta Para aceitação da proposta a pregoeira considerará sua conformidade com as especificações do edital, o prazo e local de entrega, preços e demais requisitos formais e materiais da oferta.</p>
Critério de julgamento <p>Para julgamento e classificação das propostas a pregoeira verificará a aceitabilidade das propostas em face dos requisitos do edital, classificando em primeiro lugar aquela de menor preço, com ou sem apresentação de lances, e as demais em ordem crescente.</p>



CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA MICROREGIÃO DE PIUMHI

CNPJ 01197487/0001-07

Praça Dr. Avelino de Queiroz N 18 Piumhi - MG Cep: 37925-000

Telefax : 37-3371-1780

E-mail: cispiumhi@gmail.com